

TEIA DOS POVOS

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, Nº2, 2019. Página ***16*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 1: ÁGUA, TERRA E TERRITÓRIO

HISTÓRIA INDÍGENA E MISSIONÁRIA NAS JACOBINAS, SERTÃO DA CAPITANIA DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS (1656-1707)

SOLON SANTOS
SEC-BA. s_natalicio@yahoo.com.br.

Este trabalho consiste em uma análise das relações de contato e processo de tradução ou hibridização entre os grupos indígenas do sertão da Capitania da Bahia de todos os Santos e os missionários da Companhia de Jesus e da Ordem dos Frades Menores nas Jacobinas durante a segunda metade do século XVII e início do XVIII.

Além da compreensão sobre como se articulou a complexa operação de tradução e organização dos símbolos, resultante do impacto e da socialização desses distintos agentes culturais, o objetivo desta pesquisa também é abordar as atuações política e as relações conflituosas entre os índios aldeados nas missões jesuíticas e franciscanas e os diversos agentes coloniais.

Os personagens deste estudo são os índios do Sertão das Jacobinas da segunda metade do século XVII e inicio do XVIII. Sujeitos que não foram vitimas nem heróis o tempo todo, mas que se situavam numa zona de indefinição entre os dois papéis.

Fazendo alianças com africanos, crioulos, mulatos, mamelucos, cafuzos; escravos, libertos ou livres; outros grupos indígenas e até mesmo "gente branca", os índios afirmavam sua autonomia, direitos e interesses.

A Nova História Indígena é a tendência responsável na historiografia americana e brasileira pela percepção de uma política e consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, e também por indicar novas direções para pesquisas em história social e cultural dos "povos tradicionais" ou grupos étnicos subalternos.

A história dos povos indígenas que viviam e vivem nos sertões da Bahia, especificamente no Sertão das Jacobinas, que atualmente corresponde à Chapada Diamantina e seu Piemonte, consistem em um tema e regiões pouco estudadas na historiografia e nas instituições de ensino da Educação Básica e Superior.

As trajetórias dos índios no Sertão das Jacobinas (Chapada Diamantina e seu Piemonte) se configuram como uma história descontínua, repleta de lacunas e, no quesito documental, bastante fragmentada. São variadas

Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)
V. 4, Nº2, 2019. Página ***17*** *de* ***236***
Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/ E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

as histórias das experiências de diversos povos, famílias e indivíduos que se dispersaram ou se estabeleceram no interior dessa vasta região.

Esta região era habitada nos séculos XVI, XVII e XVIII por grupos étnicos indígenas como os Payayá, Sapoiá, Moritises, Maracás, Caimbés, Topins. Os sertões da Bahia sofreram um longo processo de conquista colonizadora e de re-ocupação.

Os grupos indígenas integrados à Colônia portuguesa tornaram-se índios aldeados e passaram a desempenhar diferentes papéis na sociedade colonial em formação.

A historiografia sobre o sertão baiano, produzida por memorialistas, atribui às famílias poderosas regionais e locais a responsabilidade pela expansão do território. Contudo, esta versão omite a participação das populações indígenas e negras. Nos sertões da Capitania da Bahia, assim como nas demais regiões da colônia, a ocupação e povoamento assentaram-se na concessão de sesmarias como meio de distribuição de terras; na pecuária como móvel de expansão para o interior; na cata de ouro e metais preciosos para aquisição de riquezas e de negros da terra e de Guiné para o trabalho compulsório; na utilização da produção de alimentos como garantia de auto abastecimento e fixação do homem à terra e na atuação das missões como forma de 'dominar' os gentios, ocupar e assegurar possessões.

No processo de conquista e ocupação do Sertão da Bahia, na segunda metade do século XVII e início do XVIII, foram movidas guerras e alianças com diversos povos indígenas e se estabeleceram fazendas pecuaristas com criados e escravizados africanos, crioulos e mestiços ao longo dos grandes e médios rios e seus afluentes.

Os primeiros re-povoadores do sertão não foram os proprietários das terras (sesmarias), mas seus escravos e agregados. Diante da vida apertada no sertão, tornou-se necessária para os colonos a utilização de utensílios do couro, além da adoção dos costumes e alimentos indígenas.

Os espaços culturais, geográficos e econômicos do Sertão da Bahia revelam-se como construções resultantes das complexas interações de conflitos e negociações entre múltiplos grupos indígenas, escravizados e libertos africanos, crioulos e mestiços, distintas ordens religiosas, diferentes e poderosos sesmeiros, sertanistas baianos e paulistas e autoridades coloniais. Este estudo evidencia que a colonização luso-brasileira avançava de acordo com as possibilidades dadas pelas alianças com os índios, pela sua capacidade reativa e pelos interesses de diversos agentes coloniais.

A "Guerra dos Bárbaros" no Recôncavo e Sertão das Jacobinas, muito mais do que um extermínio indígena para a expansão do projeto colonial pelo sertão, foi um complexo quadro de relações culturais e de poder

entre os agentes coloniais e os índios chamados "tapuias". O papel histórico dos Payayá nestes conflitos, longe de ser o de vítimas mudas e passivas, foi o de sujeitos que diante de certas circunstâncias combateram, enganaram e se aliaram aos colonos luso-brasileiros, atendendo aos seus interesses e possibilidades de sobrevivência.

Após a Guerra dos Bárbaros no Sertão das Jacobinas, as possibilidades de dispersão dos diversos grupos indígenas eram as "fugas para o mato", e os aldeamentos missionários (jesuíticos, franciscanos, capuchinhos, carmelitas), régios ou os administrados por particulares.

A ocupação e uso da terra de forma privada e comunal, a instalação das fazendas e a expansão curraleira, a mineração do salitre e do ouro, a ação de missionários e a fundação de distritos, freguesias, vilas e comarca condicionaram o longo processo de construção colonial do Sertão da Bahia.

As questões da exploração do seu trabalho nas minas de ouro, de salitre e condução das boiadas e a consequente diminuição demográfica nos aldeamentos ocasionaram diversos confrontos entre índios, missionários, colonos e autoridades.

No interior dos aldeamentos, as diversas etnias indígenas misturadas entre si, mas também com colonos e missionários, aprenderam novas práticas culturais e políticas que lhes possibilitaram negociar pelos seus próprios interesses.

Enquanto espaço de interação social e resistência indígena, as aldeias possibilitaram aos índios oportunidades de adaptar-se à Colônia, recriando suas tradições e identidades. As presenças de elementos tirados do cristianismo nas narrativas sagradas e rituais indígenas revelam traduções recíprocas entre indígenas e missionários. Os índios aldeados aprendem a negociar nos termos da sociedade colonial e se tornam agentes de reivindicações fundamentais, recriando suas identidades.

A documentação analisada revela o processo de tradução e mediação pelo qual os índios e missionários projetaram as suas respectivas imagens e universos simbólicos e que, na condição de aldeados, os índios passaram a constituir categoria social genérica, imposta pelos colonizadores, mas apropriada por eles e construída no processo de sua interação e experiência histórica com os diferentes agentes sociais da Colônia.

Por fim, com um manancial de informações, fontes, referências e recentes produções de conhecimento que apresentam os índios como agentes e protagonistas do processo histórico de re-ocupação e povoamento dos sertões da Bahia pretendemos apontar as possibilidades de pesquisa e ensino das histórias dos povos indígenas na Educação Básica e Superior dessa vasta região do interior da Bahia.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Governo do Estado da. SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico**. Salvador: SEI, 2001.

CUNHA, Manuela (org). **História do Índio no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DANTAS, Beatriz G., SAMPAIO, José A. L., CARVALHO, Maria Rosário G. de. "Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico". In: CUNHA, Manuela C. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MONTEIRO, John. **Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de Livre Docência. Campinas: Unicamp, 2001.

OTT, Carlos. **As culturas pré-históricas da Bahia: a cultura material**. Salvador: Bigraf, 1993.

OTT, Carlos. Os elementos culturais da pescaria baiana. In: **Boletim do Museu Nacional**. Nº 4. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1944.

OTT, Carlos. **Pré-História da Bahia**. Bahia: Publicações da Universidade da Bahia, 1958.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Os Kiriri Sapuyá de Pedra Branca. In: **Revista do Centro de Estudos Baianos**. Salvador: UFBA, 1985.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz, "Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)", in: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2003.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Solon N. A. dos. **Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: tapuia, tupi, colonos e missionários (1651-1706)**. Dissertação de Mestrado. Salvador: Programa de Pós-graduação em História. FFCH-UFBA, 2011.